



## Autogestão e cooperativismo popular na América Latina: lições da Argentina e do Brasil

Por Luján Veiga, para RAÍZES.

2026/05/20

Em 7 de maio de 2026, ocorreu a terceira sessão da série de seminários online “Cooperativismo do Sul Global”, organizada pela Associação Internacional de Cooperação Popular (IAPC) e coorganizada pelo Fórum Acadêmico do Sul Global, pela Faculdade Josué de Castro do Brasil e pela Secretaria de Economia 24H+ de Gana. Esta edição teve como foco a América Latina e contou com dois palestrantes: Andrés Ruggeri, pesquisador da Universidade de Buenos Aires e coordenador do Programa Faculdade Aberta, e Antonio Rodrigues, diretor da área de produção do MST do Ceará, Brasil. Após uma primeira sessão dedicada às teorias do cooperativismo e uma segunda voltada para a Ásia de forma mais ampla, esta edição latino-americana continuou a construir um mosaico de experiências do Sul Global, cada uma enraizada em seu próprio contexto, mas unidas por uma pergunta em comum: por que se organizar coletivamente e como? Ambas as apresentações ofereceram um relato vívido do que significa construir uma economia popular sob condições adversas e do cooperativismo não como um modelo de negócios, mas como um projeto político.

**A experiência argentina: autogestão operária em tempos de crise**



Andrés Ruggeri apresentou mais de duas décadas de história do movimento das Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores (ERT) na Argentina. O lema “Ocupar, resistir e produzir” do MST do Brasil inspirou mais de uma centena de fábricas e empresas a serem ocupadas por seus trabalhadores para evitar os fechamentos em massa impulsionados por uma década de capitalismo neoliberal extremo, no contexto da crise de 2001 na Argentina.

Ruggeri descreveu o arco típico de um processo de recuperação. Ele começa com o que ele chamou de “esvaziamento empresarial”, a deterioração deliberada de uma empresa por parte de seus proprietários, muitas vezes como prelúdio de uma falência fraudulenta. Os trabalhadores chegam numa segunda-feira e encontram as portas fechadas e um aviso informando que a fábrica fechou. A partir desse momento, o conflito se intensifica por meio da ocupação, da resistência e, muitas vezes, de confrontos com a polícia que tenta expulsá-los. Somente após essa longa luta começa o processo de consolidação da autogestão. Essa origem, ressaltou Ruggeri, é o que distingue as ERT das cooperativas que partem do zero. Aqui existe uma disputa fundamental sobre a propriedade privada. A lógica hegemônica do capitalismo sustenta que os trabalhadores não são proprietários e não têm direito de dirigir uma empresa. Desafiar essa lógica é o primeiro ato de toda recuperação.

Dessa urgência surgiu a capacidade comprovada da classe trabalhadora de gerenciar coletivamente a produção, tomar decisões em assembleia e construir formas de democracia interna em espaços anteriormente regidos por uma hierarquia vertical. Quando o movimento estava em seu auge, em 2001 e 2002, conseguiu pressionar os legislativos a expropriar as empresas em conflito e entregá-las em concessão a cooperativas de trabalhadores. Hoje, com mais de 415 empresas e aproximadamente 14.100 trabalhadores, o movimento continua ativo, embora enfrente um contexto particularmente hostil sob o atual governo, onde os fechamentos agora superam as novas recuperações. Um sinal revelador dessa hostilidade é um projeto de lei conhecido como Lei de Defesa da Propriedade Privada (Nota da Tradutora: A atual administração apresentou formalmente este projeto de lei ao Senado argentino na quinta-feira, 26 de março de 2026), que limitaria severamente ou bloquearia de fato os processos de expropriação. Como observou Ruggeri, isso não é apenas um ataque às empresas recuperadas, mas a todas as experiências populares que lutam pela terra, pelo território e pelos locais de trabalho coletivos.

As ERTs precisam competir no mercado capitalista para sobreviver, o que gera tensões constantes em torno das jornadas de trabalho, da distribuição de renda e da tomada de decisões estratégicas. A falta de capital, o acesso ao crédito severamente restrito devido à precariedade jurídica e a ausência de um apoio estatal sustentado são obstáculos estruturais. Mas a lição central que Ruggeri propõe é tanto econômica quanto política. A autogestão recupera o emprego, sim, mas acima de tudo democratiza o trabalho em si, transformando relações que são absolutamente



verticais sob o capitalismo em espaços de tomada de decisões coletivas e responsabilidade compartilhada.

### **A experiência brasileira: terra, cooperativas e agroecologia no Ceará**

Antonio Rodrigues, diretor da área de produção do MST no Ceará, apresentou um modelo de cooperativismo que o movimento teve que reinventar deliberadamente. O cooperativismo tradicional já existia no Ceará há décadas e havia fracassado em grande parte, funcionando como uma empresa comercial, pluriclassista e gerida de forma centralizada, distante da vida política de seus membros. O que o MST construiu em seu lugar é o que Rodrigues denominou de cooperativismo alternativo: uniclasista (apenas pequenos produtores assentados em territórios da reforma agrária), governado coletivamente, centrado na agroindustrialização e orientado para a vida comunitária como um todo. A diferença, ressaltou ele, não é técnica, mas política.

As razões para organizar a produção dessa maneira são profundamente históricas. Após anos de luta pela conquista da terra, o MST compreendeu que a democratização dos meios de produção não se limitava ao acesso à terra. Era necessário organizar o trabalho em si. Como disse Rodrigues: “Transformamos a teoria em terra, a terra em produção e a produção em autonomia”.

No Ceará, isso se materializa em mais de 200 assentamentos, mais de 11 mil famílias organizadas e cinco agroindústrias em funcionamento em todo o estado. O caso da COOPALC (Cooperativa Regional de Produção Agroindustrial Luiz Carlos), uma cooperativa de processamento de castanhas de caju e frutas, ilustra o modelo. A cooperativa é articulada em torno de duas linhas de produção: polpas de frutas (como caju, goiaba e manga) e castanhas de caju (torradas, assadas e amêndoas naturais). A partir dessa estrutura, a organização desenvolveu a marca própria Terra Conquistada, que hoje abastece supermercados, restaurantes, feiras e compradores institucionais. Uma de suas conquistas mais concretas foi a eliminação do intermediário que antes ficava com grande parte do valor da colheita. Agora, a cooperativa fixa os preços diretamente, e essa margem fica nas mãos dos membros. Ela também desenvolveu uma linha com certificação orgânica, o que agrega mais valor e diferenciação no mercado.

Rodrigues destacou o papel central das mulheres e dos jovens nesse processo. As agroindústrias são espaços onde os jovens dos assentamentos assumem funções de gestão e operacionais, e onde as mulheres desempenham um papel protagonista na produção. Isso não é casual, mas intencional. A cooperativa se entende como uma ferramenta para a transformação da comunidade, não apenas como uma fonte de produção econômica.

Rodrigues foi franco sobre os desafios persistentes, entre eles a sazonalidade, a vulnerabilidade da apicultura à seca e às mudanças climáticas, os obstáculos burocráticos para regularizar as agroindústrias e a dificuldade constante de



convencer os membros a reinvestir os lucros em vez de distribuí-los imediatamente. Ele reconheceu que a construção da consciência cooperativa é um processo contínuo de educação interna. Em essência, o cooperativismo do MST é inseparável da disputa pela terra. Organizar a produção de forma coletiva não é possível sem conquistar primeiro o território onde essa produção ocorre.

### **Interações: Em busca da sustentabilidade**

A sessão incluiu uma rodada de perguntas e respostas que aprofundou alguns dos temas centrais de ambas as apresentações.

Quando questionados sobre as estratégias para fortalecer e manter as cooperativas ao longo do tempo, ambos os palestrantes destacaram a relação entre o impulso político e o apoio institucional. Ruggeri observou que, quando o movimento ERT estava no auge de sua visibilidade e legitimidade, por volta de 2001 e 2002, conseguiu aprovar leis de desapropriação e alterações na legislação sobre falências. À medida que esse impulso foi enfraquecendo com o tempo, o mesmo aconteceu com o apoio estatal. Sob o atual governo, afirmou sem rodeios, não existe política pública para ninguém, exceto para as empresas. Rodrigues acrescentou que a sustentabilidade interna também depende da construção de uma consciência cooperativa para reinvestir os lucros em vez de distribuí-los imediatamente, um processo que requer uma educação política contínua entre os membros.

Uma segunda pergunta abordou o desafio de construir solidariedade ao longo de toda a cadeia produtiva. Ruggeri foi direto sobre os limites. As cooperativas geralmente não controlam suas cadeias de valor, e as tentativas de construir redes setoriais — uma rede de gráficos, uma rede de metalurgia, uma cadeia têxtil solidária que ligue os produtores indígenas de algodão do Chaco a cooperativas de fiação e tecelagem — raramente conseguiram se sustentar. Os produtos são diferentes, as máquinas são diferentes e, sem um movimento mais amplo ou uma política estatal que impulsione essa direção, a coordenação desmorona. O objetivo continua sendo importante, disse ele, mas ainda não existe um modelo claramente bem-sucedido.

### **Conclusão**

A terceira sessão da série “Cooperativismo do Sul Global” demonstrou, por meio de dois contextos muito diferentes, que o cooperativismo popular não é um modelo fixo, mas uma prática viva, construída em movimento, moldada pela luta política, pelas condições materiais e pela vontade coletiva de quem participa. As cooperativas são processos que se constroem à medida que avançam, e as experiências latino-americanas apresentadas deixam isso claro com honestidade.

Ambas as experiências compartilham o fato de que os processos organizacionais na América Latina estão interligados e têm uma origem comum. Surgiram como resposta às políticas neoliberais que concentraram a terra e o capital, fecharam unidades produtivas e empurraram os trabalhadores e camponeses para a



marginalização. As fábricas recuperadas na Argentina e os assentamentos da reforma agrária no Brasil são duas formas da mesma luta por quem controla as condições de trabalho e produção, e quem tem o direito de organizar a vida coletiva. Como observou o moderador da sessão ao concluir, a organização nunca é individual, e a saída é sempre coletiva.

O que ambas as experiências também compartilham é a centralidade da democracia interna como meio e como fim. A assembleia geral e a tomada de decisões horizontal são ferramentas organizativas e práticas transformadoras para os povos. Os trabalhadores e camponeses que começam a decidir coletivamente sobre seu próprio território e seu trabalho já não são os mesmos de antes. Essa transformação é, talvez, a conquista mais profunda do cooperativismo popular.

Ouvir experiências de diferentes continentes — Ásia, América Latina e, em breve, África — enriquece essa reflexão justamente porque não existe um único caminho. Cada contexto traz consigo suas próprias tensões, sua própria história de resistência e organização. O que compartilham é a convicção de que as soluções coletivas são possíveis e de que a organização é o primeiro passo para construí-las.

A série de seminários continua com uma sessão dedicada à África no dia 29 de maio. Quem quiser acompanhar este processo pode se inscrever pelo [site da IAPC-RAÍZES](#).